



CARTILHA
DIVIDINDO CUIDADOS
IGUALDADE ENTRE MULHERES
E HOMENS NO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA



Esta é uma publicação do Projeto “Evolvendo Mulheres e Homens na Transformação das Normas de Gênero em Programas de Transferência Condicionada de Renda – Bolsa Família” financiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero - FIG.

O projeto foi desenvolvido pelo Instituto Promundo e pelo Instituto Papai.

Os pontos de vista e opiniões contidos neste caderno são das autoras e não representam necessariamente a opinião oficial do FIG e da ONU Mulheres.

AUTORAS: Silvani Arruda, Vanessa Fonseca, Danielle Araújo, Mariana Azevedo, Rebecca Batista de França, Eloah Vieira, Linda Cerdeira.

Programação visual: Rec Design | Ilustrações: Victor Tufani

FUNDO DE IGUALDADE DE GÊNERO

Laura Gonzales Martinez

Especialista de Programas para América Latina e Caribe

ONU MULHERES

Nadine Gasman **Representante da ONU Mulheres no Brasil**

Ana Carolina Querino **Gerente de Programas**

Rafaela Lamounier **Associada de Programas**

INSTITUTO PROMUNDO

Tatiana Moura **Diretora-Executiva**

Vanessa Fonseca **Coordenadora de Programas**

Danielle Araújo **Assistente de Pesquisa e Avaliação**

Mohara Valle **Consultora de Comunicação**

Danielle Lopes e Linda Cerdeira **Coordenadoras de Projeto**

INSTITUTO PAPAÍ

Mariana Azevedo **Coordenadora Geral**

Eloah Vieira **Educadora Social e Assistente de Projeto**

Rebecca Batista de França **Educadora Social e Assistente de Projeto**

CARTILHA

DIVIDINDO CUIDADOS

IGUALDADE ENTRE MULHERES
E HOMENS NO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA





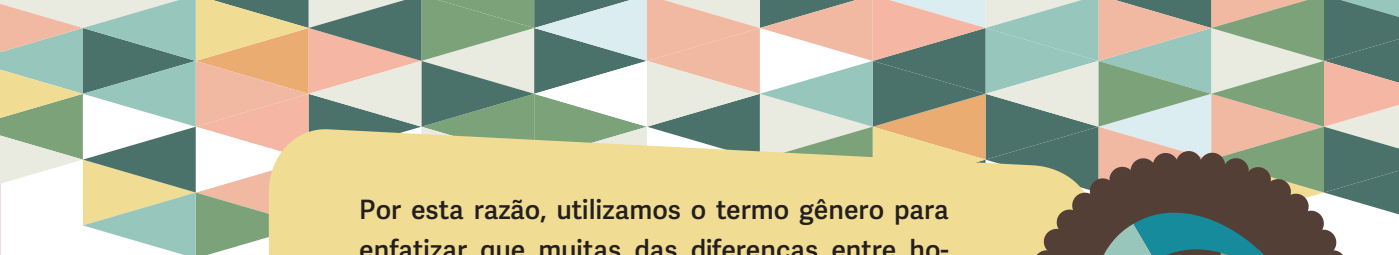
Começo de conversa

Oi!

Esta cartilha foi escrita pensando nas/os beneficiárias/os do **Programa Bolsa Família - PBF**, abordando vários temas que têm tudo a ver com o Programa. As relações entre homens e mulheres, a divisão do trabalho doméstico, o cuidado com as/os filhas/os e com as pessoas que fazem parte da nossa vida, as diferenças, as desigualdades e as violências. Tudo apresentado nesta cartilha como se estivéssemos conversando com nossas amigas e amigos.

Criado pelo Governo Federal - Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 – com o objetivo de melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil, o Programa Bolsa Família busca, ainda, aumentar o acesso à educação, aos serviços de saúde e à assistência social, junto às populações mais vulneráveis econômica e socialmente.





Por esta razão, utilizamos o termo gênero para enfatizar que muitas das diferenças entre homens e mulheres foram aprendidas – histórica e culturalmente - e que, portanto, podem ser diferentes ou modificadas com o passar do tempo. Já a palavra sexo diz respeito ao biológico, ou seja, aos órgãos sexuais masculinos e femininos.



Vamos falar sobre gênero?

Durante muito tempo, se acreditou (e tem gente que ainda acredita) que o “jeito de ser homem” e o “jeito de ser mulher” era determinado pela biologia, ou seja, as pessoas já nasciam assim e pronto.

Acreditava-se que os homens seriam fortes, teriam mais necessidade de ter relações sexuais do que as mulheres, maior capacidade de chefia e uma grande “incompetência” para o cuidado consigo próprio, com a família, com as crianças. Já as mulheres, seriam delicadas e, pelo fato de gerarem uma criança, já nasceriam “preparadas” para as tarefas domésticas e o cuidado.

O tempo foi passando, muitas pesquisas foram feitas e o que se descobriu foi que muito do que se acreditava como sendo biológico e natural era, na verdade, fruto das expectativas que a sociedade e a cultura tinham sobre um sexo ou outro. Por esta razão, utilizamos o termo **gênero** para enfatizar que muitas das diferenças entre homens e mulheres foram aprendidas – histórica e culturalmente - e que, portanto, podem ser diferentes ou modificadas com o passar do tempo. Já a palavra **sexo** diz respeito ao biológico, ou seja, aos órgãos sexuais masculinos e femininos.



Ser homem e ser mulher

Desde pequenos os meninos são ensinados a não chorar, não levar desaforo para casa, ser competitivo, usar a cor azul, brincar com bolas, armas de brinquedo, jogos competitivos e carrinhos. Já as meninas devem ser sensíveis, usar a cor rosa e costumam ganhar brinquedos que as ensinam a cuidar da casa, das irmãs e dos irmãos mais novos, a usar roupas cor de rosa e a brincar com bonecas e bichinhos fofos. Pode parecer bobagem, mas, na verdade, esta divisão nas brincadeiras é um verdadeiro “exercício” para se aprender a “ser homem” e a “ser mulher”.

Durante as brincadeiras as crianças aprendem a lidar com os próprios sentimentos, buscando compreender o mundo em que vivem.

A ideia de que as meninas devem brincar de certos jogos e com determinados brinquedos e os meninos, com outros, é um reflexo da sociedade em que vivemos e da divisão entre os gêneros – feminino e masculino – criada pelo mundo adulto e com o que foi aprendido com as gerações passadas. Ao darmos continuidade a esta divisão, de certo modo, estaremos ensinando que a responsabilidade de criar uma criança, varrer a casa e cozinhar são tarefas exclusivamente femininas.

Principalmente em relação aos meninos, existe o temor de que, ao se incentivar a participação de brincadeiras tidas como femininas poderá influenciar a sexualidade da criança. Isso não é verdade. Ninguém se torna “gay” por ter brincado com bonecas ou vira lésbica por gostar de futebol. Aliás, não sabemos ao certo o que faz um homem gostar de outro homem, uma mulher gostar de outra mulher, nem de onde vem a atração entre mulheres e homens. O importante é que este tipo de relação e afeto seja respeitado. Que

mal há em qualquer tipo de relação amorosa em que o casal está por livre e espontânea vontade? Impedir meninos de brincar de bonecas, por exemplo, só faz com que eles deixem se ensaiar o cuidado de crianças. Proibi-los de chorar faz com que possam ter dificuldade de expressar suas emoções. Com as meninas, negar que jogem bola pode dificultar o desenvolvimento de uma habilidade. Inibir que elas sejam competitivas, pode interferir na forma com que lidam com as outras pessoas e, inclusive, na escolha de uma profissão. Tudo isso contribui para a criação de uma sociedade intolerante às diferenças e cria barreiras para o aperfeiçoamento de vários talentos.

Portanto, cabe a cada um de nós – família, amigas/os, profissionais da área da educação, saúde e assistência social, dentre outros - reforçar a igualdade entre meninos e meninas, permitindo várias formas de se brincar.

Igualdade aqui significa respeitar o que há de diferente em cada um, criando condições iguais para que as pessoas possam progredir, ter saúde e viver livre de violência.

Precisamos também ficar atentas/os aos exemplos que damos, que são boas fontes de aprendizado.

É grande a capacidade que as crianças (e todos os seres humanos) possuem de aprender a partir da observação e identificação de modelos.

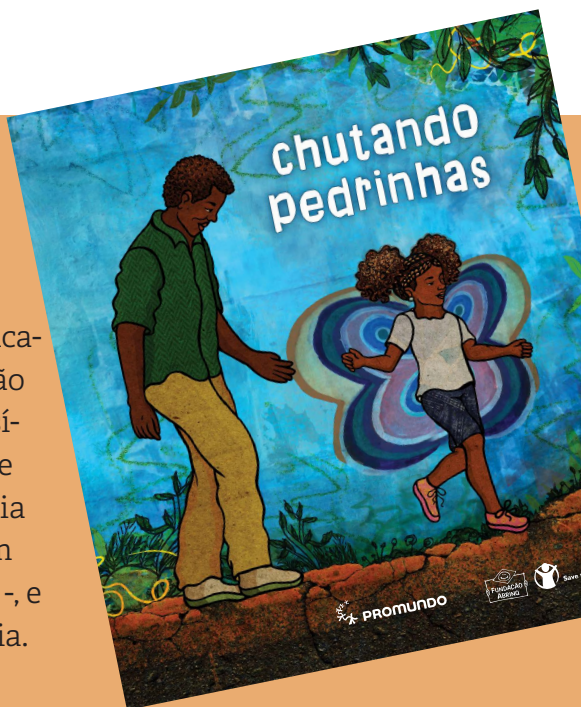


Igualdade aqui significa respeitar o que há de diferente em cada um, criando condições iguais para que as pessoas possam progredir, ter saúde e viver livres de violência.

SAIBA +

O livro infantil “Chutando Pedrinhas”, publicado pelo Instituto Promundo, aborda a relação entre uma menina e seu pai. De forma sensível e delicada, aponta para os obstáculos que as meninas podem enfrentar em sua infância por conta das desigualdades que existem em relação aos gêneros – feminino e masculino –, e o desafio para uma educação mais igualitária.

Disponível em: <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2015/01/Livro-Infantil-Chutando-Pedrinhas.pdf>



Quem faz o quê?

Trabalho dentro de casa é o que não falta!

É roupa para lavar, chão para varrer, comida para fazer, vazamentos para consertar... Enfim, um monte de tarefas que, muitas vezes, não são muito bem divididas. É comum escutar que cabe às mulheres cuidar da casa, das/dos filhas/os, de pessoas idosas, de animais, de plantas. Aos homens, caberia trabalhar e arcar com as contas do mês. Mas não precisa ser assim.

Tanto as mulheres como os homens podem fazer as mesmas tarefas: trabalhar fora, cuidar das/os filhas/os, preparar o almoço ou o jantar. Só que na vida real, as tarefas domésticas raramente são divididas igualmente.

Juntando essas tarefas mais o trabalho fora de casa – formal ou informal, podemos dizer que muitas mulheres têm uma dupla jornada de trabalho, ou seja, além de trabalhar fora para dar conta dos gastos familiares, tem que cuidar das tarefas domésticas. Há ainda aquelas que estudam e/ou participam de trabalhos voluntários. Daí a jornada de trabalho não é mais dupla, é tripla!



Homens também cuidam!

Na construção do masculino, muitas vezes, a palavra “cuidado” não faz parte do vocabulário dos homens. No cuidado dos filhos e filhas, por exemplo, a exigência da cultura machista se processa em duas direções: exige-se da mulher um ótimo desempenho no plano afetivo - “amor de mãe” ou “instinto maternal” - e, do homem, cobra-se principalmente a responsabilidade de não deixar nada faltando em casa.

É importante saber que os homens não são “naturalmente incompetentes” para o cuidado. Muito pelo contrário! A maior participação dos homens no cuidado das crianças pode fazer toda diferença no processo de educação de filhos e filhas. Seja na casa ou com a família, precisamos reforçar que existem várias formas de ser homem e que o cuidado é uma habilidade que se aprende ao longo da vida.

No que diz respeito à saúde, por exemplo, muitos homens têm dificuldade de procurar os serviços de saúde. Para muitos deles, o cuidar de si mesmo é visto como “frescura” ou um sinal de fraqueza. Daí é comum que só recorram aos serviços de saúde quando a coisa está realmente feia. Não é por acaso, portanto, que as mulheres vivem

mais tempo que os homens. Muitas fazem check-ups anuais e, quando aparece um desconforto ou uma febre alta, por exemplo, uma boa parte delas busca por um médico.

Práticas cotidianas como levar as crianças à escola, acompanhá-las durante as refeições, ou mesmo contar uma história antes delas dormirem, podem tanto ser desempenhadas pelas mulheres e pelos homens. Para tanto, precisamos lidar com nossos próprios preconceitos, procurando engajar os homens no que diz respeito a uma educação mais igualitária, tanto para as meninas quanto para os meninos. Portanto, precisamos desconstruir a ideia de que o homem só é responsável em prover o sustento da família. É necessário envolvê-los nas demais atividades de cuidado e afeto. Afinal, a paternidade é bem mais do que ganhar dinheiro e pagar contas.

Seja entre amigas/os, colegas de trabalho, a família biológica ou afetiva e até mesmo em escolas e outras instituições, já é possível encontrar homens compartilhando responsabilidades do cuidado. E isso é muito bom! É um sinal de que as relações desiguais estão mudando e essa desconstrução beneficia toda a sociedade!

Empoderamento e programa bolsa família

Até agora falamos em gênero, construção do feminino e do masculino e divisão das tarefas domésticas. Esses temas tem uma relação muito próxima com o Programa Bolsa Família. Para pensar melhor sobre esses assuntos, vamos começar pela ideia de **empoderamento**.

Palavra esquisita, não?

Esta palavra surgiu no início dos anos de 1970, usada sobretudo durante a luta pelos direitos civis, em grande parte encabeçada pelo movimento de mulheres e pelo movimento negro. Naquele momento, esta palavra tinha como significado o envolvimento ativo dessas pessoas na luta pelos seus direitos.

Ao longo dos anos, com o impulso dado pela sociedade civil organizada, os governos de diversos países passaram a incorporar estas preocupações em seus debates até que, em 1994 e 1995, duas conferências internacionais – uma no Cairo e outra em Pequim - discutiram sobre os direitos humanos das mulheres e a importância de ampliar o poder delas ao estimular o desenvolvimento de suas habilidades e o aumento de sua autonomia.

A partir dessa história, podemos compreender que a ideia de empoderamento passou a fazer parte dos processos de reflexão quanto à condição atual, a formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída.

No Brasil, uma das formas encontradas recentemente para empoderar as mulheres foi elegê-las como titulares do Programa Bolsa

Família, por exemplo. Ou seja, são elas que recebem o dinheiro e, com isso, conseguem decidir sobre a melhor forma de gastá-lo.

Para muitas mulheres, o PBF trouxe uma maior independência nas decisões da casa e da própria vida, o que aumentou sua autoconfiança e tornou possível romper com o ciclo de pobreza entre gerações, melhorando as condições de vida para sua família. Muitas delas, que sofriam em casa algum tipo de violência, agora se sentem mais seguras para denunciar e mais livres para pensar em divórcio. Elas também passaram a acessar mais os métodos contraceptivos, garantindo os seus direitos sexuais e decidindo quantos/as filhos/as ela quer ter e em qual momento.

No entanto, isso não quer dizer que os homens ficam de fora do Programa. Eles são muito bem-vindos a participar de todos os processos de decisão e devem ser vistos como parceiros na busca por um maior rendimento familiar, no cuidado com a família e na divisão de tarefas. **A participação dos homens relacionada à anticoncepção e cuidado das crianças é fundamental para que as decisões possam respeitar as opiniões e anseios mulheres, bem como lhes garantir maior tempo de descanso, lazer e trabalho fora de casa, que também são direitos fundamentais.**

No Brasil, uma das formas encontradas recentemente para empoderar as mulheres foi elegê-las como titulares do Programa Bolsa Família, por exemplo. Ou seja, são elas que recebem o dinheiro e, com isso, conseguem decidir sobre a melhor forma de gastá-lo.



Mitos e realidades sobre o programa bolsa família

Como em qualquer outro programa governamental, existe uma série de dúvidas e algumas inverdades sobre o Programa Bolsa Família (PBF). Por esta razão, vale desconstruir algumas falas que não são verdadeiras.

MITO	REALIDADE
O PBF estimula as pessoas a terem mais filhos.	Pelo contrário. O número de casais que utilizam o preservativo ou outros métodos contraceptivos vem aumentando. E o número de filhos com menos de 14 anos diminuiu na última década. Entre as famílias mais pobres, a queda foi de 15,7%, enquanto que no geral foi de 10,7%. Ou seja, houve uma redução maior justamente no estrato social que inclui os quase 15 milhões de beneficiários do Bolsa Família ¹ .
Ao receber o benefício, as pessoas deixam de trabalhar.	De acordo com o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), 72% de beneficiários adultos do programa de transferência de renda trabalham tanto no mercado formal quanto no informal.
O programa só existe para garantir votos.	O PBF não é uma solução permanente. É uma operação de emergência, necessária para as pessoas que enfrentam dificuldades. Se as pessoas votam em um ou outro partido é uma decisão própria. Afinal o voto é secreto e não dá para saber quem votou em quem.

Como fazer parte do PBF

As famílias que querem fazer parte do Programa Bolsa Família precisam preencher um registro, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), e possuir uma renda mensal que varia de acordo com a situação de cada família e do cumprimento de algumas condições nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Assim, para fazer parte do PBF é preciso saber também que existem algumas exigências para que as famílias recebam o benefício. São compromissos que as famílias assumem junto ao governo federal e são de fundamental importância para a manutenção do programa. Se essas condições (também conhecidas como condicionalidades) não forem cumpridas, o benefício pode ser cancelado, bloqueado ou suspenso. Conheça um pouco mais sobre as condicionalidades nos quadros abaixo:

NA EDUCAÇÃO:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas.
- Garantir a frequência mínima de 85% nas aulas (6 a 15 anos) e 75% nas aulas (16 a 17 anos).
- Informar à escola quando a/o aluna/o precisar faltar à aula e explicar o motivo.
- Informar, sempre que ocorrer mudança de escola dos dependentes de 6 a 17 anos, para que seja possível continuar o acompanhamento da frequência escolar.



NA SAÚDE:

Para as grávidas e mulheres amamentando:

- Fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal).
- Ir às consultas no posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde.
- Participar de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para as pessoas responsáveis por crianças menores de 7 anos:

- Levar as crianças aos postos de vacinação.
- Manter o cartão de vacina atualizado, conforme instruções do Ministério da Saúde;
- Levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para acompanhamento do seu desenvolvimento físico, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo Ministério da Saúde.

NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos retirados de situação de trabalho, frequentar as ações socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com frequência de 85%.
- Para que o município possa acompanhar o cumprimento das condicionalidades, os ministérios da Saúde e da Educação oferecem sistemas, na internet, para o registro dos dados das famílias. As informações sobre saúde são registradas a cada seis meses no consultor, facilitando o preenchimento correto dos quesitos.

SAIBA +

A cartilha *Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social*, traz uma série de informações sobre o Programa Bolsa Família como, por exemplo, os tipos de benefício e os valores a serem recebidos.

Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/sites/default/files/cartilhabolsafamiliafinal-140103063601-phpapp01.pdf>

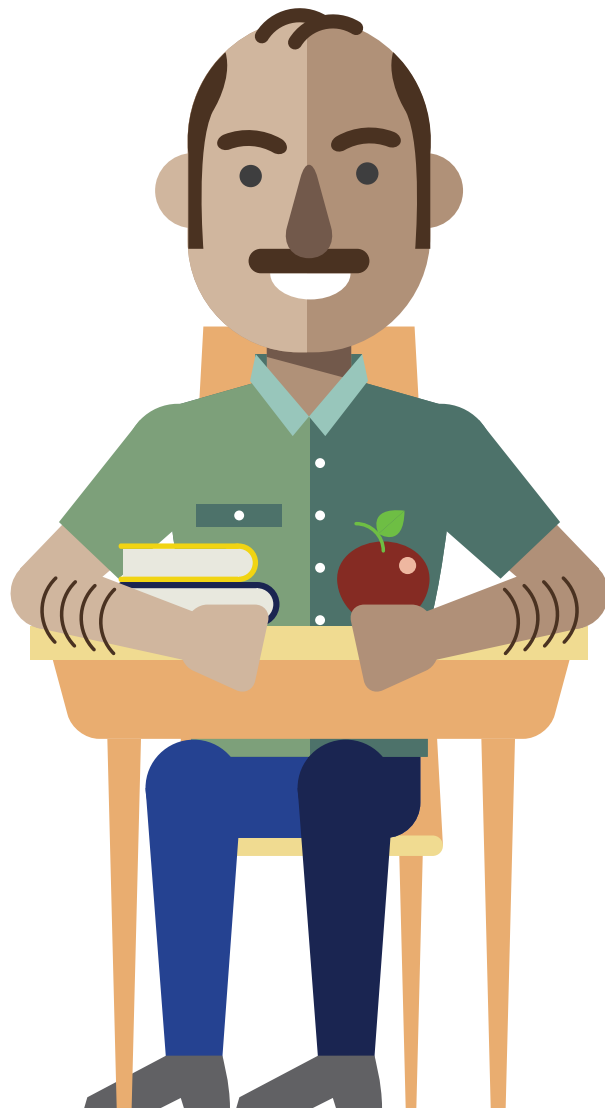
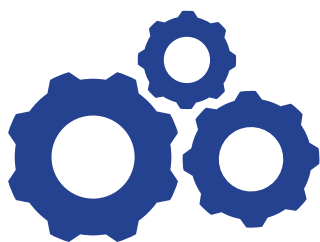


Programas complementares

Os *Programas Complementares* são ações regulares, realizadas pela União, estados e municípios e pela sociedade civil. Tem como objetivo complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências de renda, bem como a redução das desigualdades e vulnerabilidades.

Esses programas atendem as pessoas cadastradas no CadÚnico, priorizando as famílias em situação de maior vulnerabilidade, com vistas a melhorar a vida das populações mais pobres. Busca

integrar o Programa Bolsa Família com outras políticas públicas; promover ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda; de educação para jovens e adultos; melhoria do acesso à moradia; de superação do analfabetismo entre jovens e idosos/os; desenvolver ações de formação em direitos humanos e cidadania; qualificação profissional; prestação de serviços voluntários, dentre outros.





SAIBA +

Para maiores informações sobre os Programas Complementares, acesse o documento *Programa Bolsa Família na internet*.

Bolsa família e saúde

Sabemos que as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza têm maior dificuldade de acesso e de frequência nos Serviços de Saúde. Por este motivo, um dos objetivos do Programa é garantir a oferta de atendimento básico e melhorar a qualidade de vida das famílias que fazem parte do PBF, contribuindo para a sua inclusão social. Na agenda do PBF, no Sistema Único de Saúde – SUS, as/os beneficiárias/os têm acesso às consultas do pré-natal pelas gestantes, ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e à vacinação. Veja alguns dos itens abaixo para entender melhor o está disponível no SUS:

- As mulheres com idade entre 14 e 44 anos e as crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de Saúde da Família, por Agentes Comunitários de Saúde ou por Unidades Básicas de Saúde, que proverão os serviços necessários.
- A partir de um acompanhamento das condições do Programa Bolsa Família na Saúde é possível organizar os registros individuais e monitorar a condição de saúde das/os beneficiárias/os.
- As beneficiárias gestantes poderão receber o Benefício Variável à Gestante (BVG), concedido no âmbito do PBF. Esse benefício possibilita o alcance das beneficiárias gestantes pelo serviço de saúde para a realização do pré-natal, considerando que, quanto antes for informada a ocorrência da gestação, antes a família poderá receber o benefício.

Neste momento da vida, é importante que os homens compartilhem com as mulheres não só nas tarefas domésticas, mas, também, participem do pré-natal, do parto e do pós-parto. Esses e outros cuidados irão facilitar a criação de um ambiente mais afetivo e um relacionamento familiar mais igualitário.



Pai não é visita!

Desde 2005, a **Lei 11.108**, garante às mulheres o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse acompanhante deverá ser indicado pela mulher. A unidade de saúde e/ou hospitalar deverá viabilizar a garantia desse direito. Campanhas como “Pai não é visita” do Instituto PAPAI (Recife) procuram engajar homens jovens e adultos na garantia desse direito das mulheres, focando na participação paterna.



Enfrentamento à violência

A violência está presente na vida de todo mundo e, das formas mais variadas, sempre existiu. Atravessando uma série de características – socioeconômicas, religiosas, raciais, étnicas, geracionais e culturais – a violência deixa homens e mulheres mais vulneráveis.

Tanto as mulheres quanto os homens sofrem algum tipo de violência por pertencerem a um determinado gênero.

Por exemplo, é comum quando uma mulher está dirigindo um automóvel a 50 km por hora e escutar frases como “vai pilotar o fogão, dona Maria”. E isto é uma violência! Já quando um homem dirige da mesma maneira, ninguém manda ele ir para casa fazer uma tarefa doméstica.



Por outro lado, bastou alguém do sexo masculino colocar uma camisa rosa, ele já escuta coisas do tipo “não tinha camisa de homem na loja?”. Esses exemplos podem parecer uma bobagem, mas não são. São tipos de violências que desvalorizam um gênero ou outro, agredindo verbalmente uma pessoa pelo fato de ser homem ou ser mulher.

Checando alguns dados em jornais ou escutando no noticiário da TV é possível perceber a existência de uma distribuição diferen-

da por gênero nas violências cometidas pelas pessoas. Os homens morrem mais no espaço público, por assassinatos, acidentes, vítimas da violência urbana, enquanto as mulheres sofrem mais a violência no espaço doméstico, praticada por parentes ou conhecidos. Já os rapazes pobres, em sua maioria negros, são cotidianamente executados nos conflitos urbanos ligados ao tráfico de drogas ou diante da suspeita de que estejam ligados à criminalidade.

Outra expressão particular da violência de gênero é aquela que se manifesta por meio da discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ainda que em forma de “brincadeira” é uma ofensa. A violência por discriminação sexual não só exclui as pessoas como, também, leva a violências físicas. Basta dar uma checada nos noticiários de vez em quando para se deparar com uma situação de violência contra as pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, chegando até a situações de morte.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: *o que a gente faz para evitar que a violência aconteça dentro de casa?*

Bem, não existe uma receita que resolva situações de agressividade e conflitos. O que existe são algumas dicas que podem nos ajudar nesta busca por uma sociedade mais justa e igualitária. São elas:

Pista 1 – Identificar os conflitos

Entendemos por conflito, a diferença de ideias, interesses ou opiniões. Até aí tudo bem. Todo mundo tem o direito de pensar de uma maneira diferente da dos/as outros/as. Só que, acontece das pessoas se exaltarem, criando um sentimento de oposição que pode desembocar em uma ação violenta. Mas a questão pode ser resolvida de maneira pacífica.

Os conflitos podem acontecer por meio das ideias, dos interesses ou das necessidades, como mostra o quadro abaixo:

Ideias	Interesses	Necessidades
Quando pensar de maneira diferente desestabiliza uma relação.	Quando querer coisas distintas desestabiliza uma relação.	Quando precisar de coisas diferentes desestabiliza uma relação.

Desenvolver habilidades de diálogo e negociação, que não significa ganhar ou impor suas ideias, interesses e necessidades, é um caminho para se evitar resolver os conflitos de forma não violenta.



Pista 2 – Construir regras de convivência

Quando um grupo de pessoas participa de atividades em que são elaboradas algumas regras de convivência, é bem provável que os conflitos diminuam. Uma boa conversa e, principalmente, uma boa escuta podem facilitar um acordo ou uma solução que seja boa para todas/os. Seja entre casais formados por duas mulheres, por dois homens, por homens e mulheres, construir em conjunto um acordo de convivência é uma boa forma de reduzir as violências dentro de casa.

Pista 3 - Corresponsabilizar

quando existe um dano – socos, pontapés, xingamentos etc. – em vez de buscar por culpados, é mais produtivo conversar sobre como resolver aquele conflito. O ideal é envolver todas as pessoas que foram expostas a este tipo de violência, buscando por uma solução pacífica.

Pista 4 - Restaurar

é restabelecer o equilíbrio de situações que geraram conflitos. O primeiro passo é identificar o dano causado, e, em seguida, discutir formas para se restaurar as relações. Essa restauração precisa garantir um espaço em que todas/os as/os envolvidas/os expressem sua insatisfação a partir de uma roda de diálogos, chegando-se até o ponto em que todas as pessoas fiquem confortáveis ao final da conversa.

Pista 5: Mediar

é um método de solução de conflitos - voluntário e sigiloso, no qual duas ou mais pessoas tem seu diálogo facilitado com o com o auxílio de uma/um mediadora/or. A mediação propõe um trabalho de desconstrução da situação conflituosa, de modo que os mediados percebam quais foram os reais motivos que levaram àque-la disputa e as formas de solucionar o problema. Busca, também,

valorizar as pessoas e estabelecer uma relação de igualdade entre as partes. Evidentemente, não é nada fácil resolver as situações de violência que acontecem no nosso dia a dia, principalmente as que ocorrem dentro de casa. Mas vale a pena tentar!



MITOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA

MITO	FATO
A violência doméstica contra mulheres só acontece em famílias pobres.	A violência não faz distinção de classe econômica, de gênero, de raça/etnia, geração, cultura. A violência acontece em todos os grupos.
As mulheres apanham porque gostam ou porque provocam.	Nenhuma mulher gosta de ser agredida! Quem vive a violência gasta a maior parte do seu tempo tentando evitá-la, protegendo-se e a seus/suas filhos/as. Muitas mulheres ficam ao lado dos agressores para preservar a relação e/ou por dependência econômica. Não porque gostem de apanhar.
O uso do álcool é o maior responsável pelas situações de violência dentro de casa.	O consumo de álcool pode favorecer a emergência de condutas violentas, mas não é a única causa. Muitos/as alcoolistas não usam de violência em suas relações e é certo que muitas pessoas violentas não consomem álcool.
Os/As agressores/as não sabem controlar suas emoções dentro de casa.	Se elas e eles não soubessem controlar suas emoções, agrediriam também chefes, colegas de trabalho e outros familiares, e não apenas a companheira/o e as/os filhas/os.
Quando uma mulher diz “não” em uma relação de namoro ou em um casamento, ela na verdade quer dizer “sim”.	Quando uma pessoa diz “não”, o/a parceiro/a deve assumir que isso significa nada além de um “não”.
Tapas e palmadas são formas para disciplinar as crianças e mulheres. Não causam dor real e, portanto, não são consideradas violências graves.	Pelo contrário. Uma palmada ou um tapa além de doer fisicamente, causam dores emocionais profundas.

Em caso de violência, procurar os seguintes serviços:

Nos serviços abaixo, é possível fazer denúncia ou buscar apoio para sair de uma situação de violência:

Casa Abrigo: Busca garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de morte e de seus filhos – crianças e/ou adolescentes –, favorecendo o exercício de sua condição cidadã; resgatando e fortalecendo sua autoestima e possibilitando que se tornem protagonistas de seus próprios direitos.

Centro de Referência de Atendimento à Mulher: presta acolhimento e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência.

Defensoria/Núcleo Especializado da Mulher: tem como objetivo defender as mulheres em situação de violência em qualquer uma de suas modalidades - violência doméstica, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc. - e de vulnerabilidade social.

Delegacia especializada de atendimento à mulher: têm um caráter preventivo e repressivo, realizando ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas pelo respeito.

Dique 100: é um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana para receber denúncias de violações dos direitos humanos, incluindo violência contra crianças e adolescentes. As denúncias recebidas no Disque 100 são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis.

Disque 180: é um canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país (a ligação é gratuita). É a porta principal de acesso aos principais serviços de enfrentamento à violência contra a mulher



Apoio Legal!

Lei Maria da Penha: Equilibrando a Proteção das Mulheres com os Homens!

Vimos aqui que, apesar de homens e mulheres sofrerem violências por conta de ideias muito rígidas sobre como cada uma/ uma deve ser e se comportar, as mulheres ainda são os maiores alvos de violência em casa.

Antes da lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha de 2006, mesmo que nossa constituição garantisse que todas as pessoas tivessem direito a uma vida livre de violência, as violências cometidas contra as mulheres em casa, por seus parceiros, não eram compreendidas como crimes graves. Muitas vezes, eram percebidas como algo “normal” da relação entre casal.

Essa lei surgiu assim, para ajudar a tornar mais visível uma violência muito comum, e para promover ajustes nas desigualdades entre homens e mulheres, que tornavam difícil a busca por canais de denúncia pelas mulheres ou por soluções para sair de uma situação de violência. As seguintes formas de violência contra as mulheres são consideradas nessa lei:

Física: uso da força física contra alguém. Pode incluir ações como bater, dar um tapa ou empurrar.

Emocional ou Psicológica: inclui humilhação, ameaça, insulto, pressionar o/a parceiro/a e expressões de ciúme ou de posse, tais como o controle das decisões e das atividades. É a forma de violência mais difícil de ser identificada.

Sexual: é qualquer ato sexual não desejado ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional.

Considera-se uma violência sexual, também, qualquer conduta que constranja uma mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Patrimonial – qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Moral – qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Lei do Menino Bernardo: Reconhecendo crianças como pessoas de direitos!

Outra lei que busca tornar visível uma violência bastante comum dentro de casa é a Lei 13.010/2014, conhecida como Lei do Menino Bernardo. Essa lei afirma que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. E não só pelos pais, mas também pelos integrantes da família, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Muitas vezes, a violência contra crianças acontece dentro de casa porque achamos que esta é a forma mais eficaz de educar. No entanto, tudo o que causamos é o medo e favorecemos que respostas mais fáceis para os conflitos sejam também as violências. Além disso, de uma palmada a violências mais graves, o caminho é muito rápido. É preciso trocar ideias sobre as inúmeras possibilidades que existem para que uma criança seja educada com afeto, limites e respeito. A Lei do Menino Bernardo tenta mudar essa cultura e estimula espaços de debate sobre esse tema.

Quando os homens compartilham os cuidados das crianças, os desafios para a educação se tornam muito mais leves, além de contribuir para laços de afeto e respeito entre crianças e pais e cuidadores!



Nossa conversa não termina aqui...

Nossa conversa está chegando ao fim e a sensação que dá é que ainda precisamos falar muito sobre igualdade, divisão de tarefas na família e Bolsa Família. Afinal, as desigualdades entre homens e mulheres, brancas/os e negras/os, lésbicas, gays, travestis e transsexuais e pessoas com deficiência. Todas elas vivenciam situações de discriminação e preconceito que ainda permanecem em nosso país.

Muitas mulheres ainda não têm acesso a um trabalho decente, ganhando menos dinheiro que os homens fazendo o mesmo trabalho. Em praticamente todo o mundo, ainda são poucas as mulheres que participam de processos de decisão na política e na economia.

Políticas como o *Programa Bolsa Família* tem ajudado financeiramente àquelas pessoas que vivem em situações mais vulneráveis do que outras. Mas precisamos continuar a pensar nas maneiras como homens e mulheres estão se relacionando, se de forma justa e sem violência, para construirmos uma sociedade de igual oportunidades para todas as pessoas.



Bliografia consultada

BRASIL. **Maria da Penha em ação:** Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino. Disponível em: http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Cartilha___Maria_da_Penha_em_Acao.PDF. Acesso em 19/04/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família:** sumário executivo. Brasília: MDS, Cedeplar, 2007.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em 19/04/2016.

CAMPELLO, T., NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família:** uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

HOROCHOVSK, Rodrigo Rossi. **Empoderamento: definições e aplicações.** Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232. Acesso em: 04/04/2016

INSTITUTO PROMUNDO, CULTURA SALUD/EME, REDMAS, INSTITUTO NOOS. **Programa P: Manual para o exercício da paternidade e do cuidado.** Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2014. Disponível em: http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/08/promundo_manualp_06a_baixa1.pdf. Acesso em: 26/03/2016.

INSTITUTO PROMUNDO, SALUD E GÊNERO, ECOS, INSTITUTO PAPAI, WORLD EDUCATION. **Programa M – Trabalhando com mulheres jovens:** Empoderamento, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. Disponível em: <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>. Acesso em: 26/03/2016.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Diálogo com Teatro:** #escolasenviolencia. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/dialogo_com_teatro_material_did_tico.pdf. Acesso em 19/04/2016.

INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN, INSTITUTO PROMUNDO. **Envolving Men:** Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Amana/Dropbox/Consultorias/Manual%20Bolsa%20Fam%C3%Adlia%20-%20Promundo/Evolving-Men-Initial-Results-from-IMAGES.pdf>. Acesso em: 26/03/2016.

PAES-SOUZA, R., VAITSMAN, J. (Orgs.). Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social** em Debate. n. 5, 2007. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PROMUNDO. **Envolvendo Homens no Empoderamento Econômico de Mulheres.** Disponível em: <http://promundo.org.br/programas/bolsa-familia-e-genero/>. Acesso em 25/03/2016.

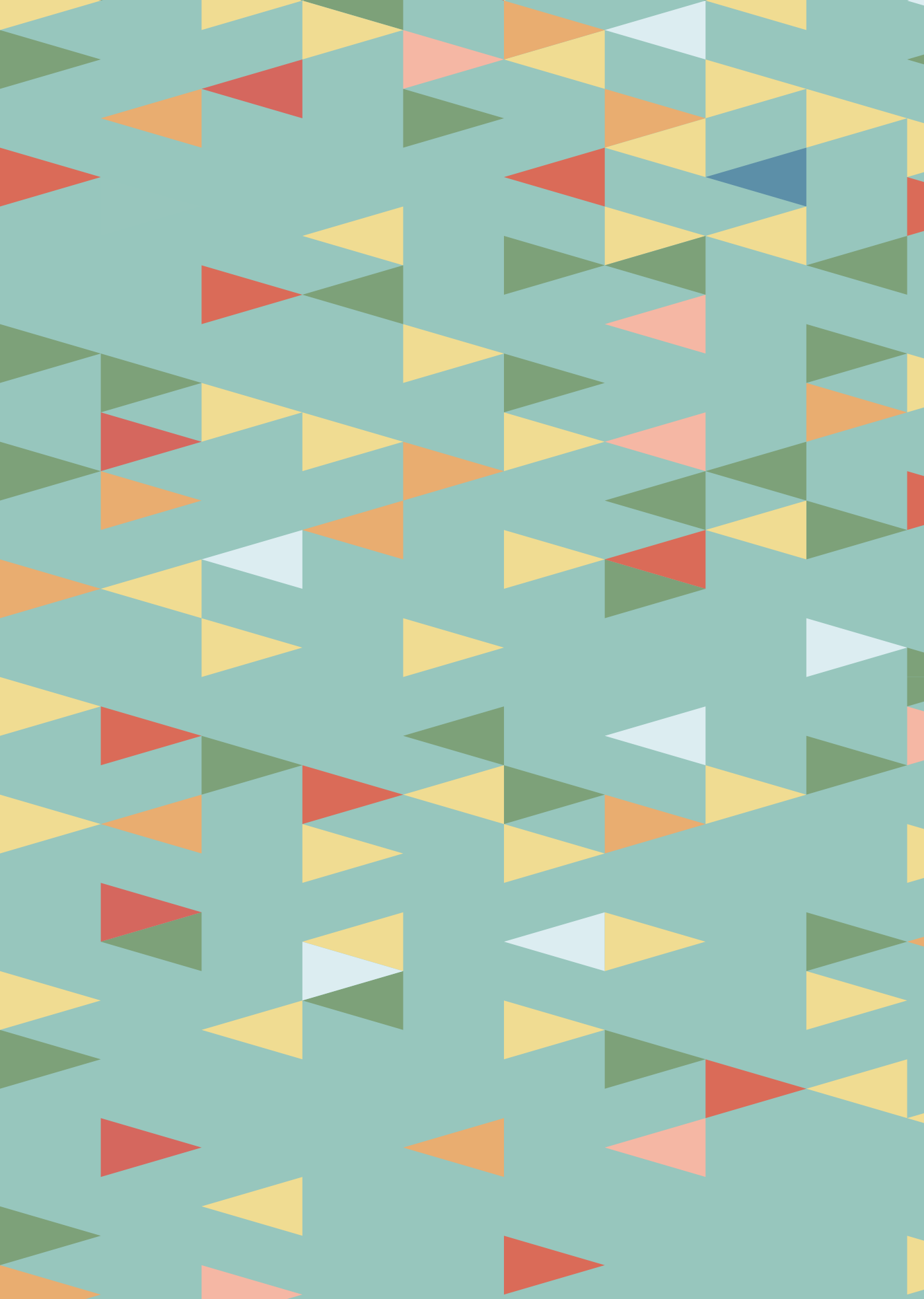
PROMUNDO. **Pelo fim dos castigos físicos e humilhantes:** manual para sensibilização de pais, mães e cuidadores de crianças. Disponível em: <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Pelo-fim-dos-castigos-fisicos-e-humilhantes.pdf>. Acesso em: 19/04/2016.

SIQUEIRA, Patrícia do Couto. **O cotidiano das mulheres beneficiárias do PBF:** uma análise do município de Niterói. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386614623_ARQUIVO_PatriciadoCoutoSiqueira.pdf. Acesso em: 02/04/2016.

UNFPA, PROMUNDO. **Engaging Men and Boys in Gender Equality and Health:** A Global Toolkit for Action. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.unfpa.org/publications/engaging-men-and-boys-gender-equality-and-health>. Acesso em: 26/03/2016.

Nota de rodapé

1 <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm>. Acesso em 26 de maio de 2016.





FONDO PARA
LA IGUALDAD DE GÉNERO